



n.3
jul./set.
2018

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Murilo Gomes da Costa

Editor Adjunto

Diogo Ives

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima
Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão
Andrés Londoño Niño
Diogo Ives
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Giovana Esther Zucatto
Leandro Wolpert dos Santos
Leonardo Albarello Weber
Marianna Restum Antonio de Albuquerque
Marília Closs
Murilo Gomes da Costa

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITÓRIAL

UMA DIPLOMACIA DE AMADORES COM RESULTADOS DESTASTROSOS..... PÁGINA 04

ARTIGOS

A PALAVRA DA AMÉRICA DO SUL NAS NAÇÕES UNIDAS: ANÁLISE DOS DISCURSOS OFICIAIS NA 73ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL (2018)..... PÁGINA 06

POLARIZAÇÃO POLÍTICA NA BOLÍVIA: O CRESCIMENTO DA OPOSIÇÃO AO GOVERNO DE EVO MORALES ENTRE 2016 E 2018..... PÁGINA 11

A CONJUNTURA POLÍTICA DA ARGENTINA E O FUTURO DO GOVERNO MACRI..... PÁGINA 16

Editorial

Uma Diplomacia de Amadores com Resultados Desastrosos

No mesmo estilo que já se tornou uma constante nas declarações do presidente eleito, iniciativas de mudanças drásticas no status quo das políticas governamentais tem sido anunciadas para logo depois serem negadas. Se isto é uma estratégia intencional do mesmo para se aproveitar da celeuma que causam estas pautas bombas e posteriormente anunciar a verdade restabelecida pela palavra do eleito, em nenhum outro campo esta estratégia de comunicação tem sido mais pernicioso do que na política externa. Talvez os amadores que se preparam para assumir o governo não se deram conta, mas, no campo internacional, um dos principais ativos é a credibilidade das ações dos agentes diplomáticos. Ademais, qualquer ação ou intenção que possa ser percebida como prejudicial ao alvo da mesma é passível de receber imediata resposta no mesmo diapasão daquele que a emitiu originalmente.

Trump pode dizer uma coisa e fazer outra: ameaçar com sanções países que o mesmo considera que estão prejudicando os EUA; começar uma guerra comercial com a China; colocar todas as alternativas na mesa, no jargão da política externa da potência, em qualquer situação que considere desviante daquilo que o governante norte-americano define como adequado. Os EUA são uma superpotência com armas nucleares e a segunda maior economia do planeta. O Brasil não e pagará caro por qualquer iniciativa amadorista. Ao desconhecer o princípio básico das relações internacionais que a uma ação corresponde uma reação, o país corre o risco de perder a reputação acumulada em décadas de eficiente trabalho diplomático, ser excluído das mesas de negociação que até hoje frequentou, se isolar e perder status internacional bem rapidamente.

Com a escolha do futuro chanceler do novo governo dissipou-se qualquer dúvida de qual será a direção imprimida à política externa. À perplexidade causada por tal escolha, afinal um diplomata sem qualquer experiência

como embaixador em postos importantes no exterior, seguiu-se o susto ao se tomar conhecimento das ideias do neófito àquele posto. Calcadas nas ideias de Olavo de Carvalho, um personagem conhecido por suas opiniões extravagantes e ultrarradicais à extrema direita, o futuro chanceler professa sua admiração à Trump, personagem messiânico cuja principal tarefa seria salvar o Ocidente da dominação Chinesa e do perigo marxista que ameaça se espalhar pelo mundo, e desaprova tudo que não esteja de acordo com o que professa o atual presidente norte-americano. Inclusive o globalismo cuja vaga definição, para o futuro chanceler, implica na condenação aos movimentos sociais que defendem as causas ambientais e o controle da mudança climática. O retorno ao “alinhamento automático” aos EUA, que nunca nos rendeu qualquer benefício material ou simbólico e que nos isolou na cena global, é o principal saldo de uma narrativa pretensamente intelectualizada, eivada de altíssima carga ideológica sem qualquer base argumentativa sólida que faria corar de vergonha um estudante de graduação em filosofia ou em relações internacionais¹.

Inúmeras matérias na mídia mainstream e nos sites especializados em relações internacionais já expressaram suas opiniões com respeito ao que se pode esperar desta política externa amadora e alinhada. Não é nosso objetivo repetir o que já foi dito e bem. Gostaríamos de salientar uma discordância com um aspecto que tem sido bastante comum em algumas destas análises. Trata-se do ponto defendido em diversos destes artigos de que, a despeito de todas as críticas de Jair Bolsonaro à política externa do período dos governos PT considerada “ideologizada”, “partidarizada”, “bolivariana” e outros adjetivos, o presidente eleito teria acabado cometendo o mesmo erro ao optar também por uma política externa de forte conteúdo ideológico, apenas com o signo ideológico oposto. Concordamos que a marca ideológica está presente de forma plena nas declarações do presidente eleito e na de seu ministro. Discordamos com a implicação deste argumento, isto é que

1 É equivocado estabelecer qualquer analogia com o alinhamento brasileiro aos EUA na Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, o Brasil, por sua localização geográfica, desfrutava de uma enorme, mas circunstancial vantagem estratégica nos cenários imediatos de guerra norte-americanos. Vargas soube explorar esta posição e obter uma série de benefícios dos EUA, inclusive o financiamento para a construção da siderurgia de Volta Redonda.



existem políticas externas neutras, despidas de valores e princípios. Toda política externa é ideológica, assim como todas as políticas governamentais porque elas derivam de uma perspectiva valorativa, prescritiva sobre o mundo que nos rodeia. A questão é até que ponto a dimensão axiológica, dos fins últimos, se sobrepõem à lógica das consequências, na linguagem de Max Weber. Para este autor clássico da sociologia, o governante não pode se mover apenas pela lógica dos fins últimos e deve pautar suas ações pelas consequências esperadas de suas iniciativas. Deste ponto de vista, a política externa do futuro governo é um ponto fora da curva na história da política externa desde o Barão do Rio Branco. Como é sabido, o último combinou em doses adequadas suas crenças e valores sobre o lugar que o país deveria ocupar no mundo e na região com um viés pragmático que servia de métrica para as ações brasileiras num contexto em que dois de nossos vizinhos ultrapassavam o Brasil em termos de poder militar ao mesmo tempo em que o imperialismo europeu rondava as Américas.

Mais recentemente, os governos de Fernando Henrique Cardoso, por um lado e de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, por outro, também combinaram em doses adequadas crenças e princípios normativos sobre o que consideravam o melhor para o país, com doses maciças de pragmatismo dada a natureza da inserção brasileira no mundo. Ainda que defendessem valores e ideologias diferentes, tais governos pautaram suas respectivas políticas externas a partir de uma lógica consequencialista que levava em conta os limites impostos pela condição semiperiférica do país. Foram presidentes reconhecidos pela comunidade internacional e contribuíram para elevar a reputação do Brasil e seu status internacional.

Por tudo que já foi anunciado, a política externa do futuro governo é um ponto fora da curva na nossa tradição diplomática. O que assusta e causa perplexidade é para onde nos vai levar uma política externa que pretende agir como se o mundo fosse uma tábula rasa e se comportasse de acordo com a vontade de quem age. Isso pode existir nas instituições hierárquicas em que a obediência imediata ao comando é a norma dominante. Mas certamente não existe na sociedade anárquica em que vivemos neste planeta.

Por razões de força maior, os artigos que integram este Boletim foram entregues bem antes de redigirmos o editorial, portanto anterior à eleição do novo presidente. O próximo

número do Boletim Opisa apresentará uma ampla cobertura da política interna e externa do país na atual conjuntura.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2018

Letícia Pinheiro
Maria Regina Soares de Lima



A Palavra da América do Sul nas Nações Unidas: análise dos discursos oficiais na 73ª sessão da Assembleia Geral (2018)

Marianna Albuquerque

Pesquisadora e Coordenadora Adjunta do Opisa

Introdução

Em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial, cinquenta Estados reuniram-se na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, com o objetivo de criar uma organização internacional devotada à manutenção da paz e da segurança. Após meses de debates, foi assinada a Carta de São Francisco, que criou a Organização das Nações Unidas (ONU). Na estrutura da organização, os membros decidiram pela instituição da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), órgão composto por todos os Estados-membros, com igual direito de voz e voto. Nesse âmbito, os Estados debatem e aprovam resoluções sobre temas que vão dos direitos das mulheres à proteção do meio ambiente.

Desde 1946, quando a ONU iniciou os seus trabalhos, a abertura de uma nova sessão de reuniões da AGNU é simbolizada por uma semana de debates com a presença dos chefes de Estado e de governo dos Estados-membros e Ministros das Relações Exteriores. Nesse encontro, realizado no mês de setembro de cada ano, estes representantes fazem uso da palavra para proferirem discursos sobre temas internacionais e sobre medidas de política externa de seus países. Tradicionalmente, desde a quarta sessão da AGNU, em 1949, cabe ao Brasil fazer o discurso de abertura. Não há consenso sobre os motivos que consolidaram essa prática, mas em geral remonta-se essa tradição à figura de Oswaldo Aranha, primeiro representante do Brasil na ONU, que foi também o presidente da primeira sessão da Assembleia Geral, além do clima de tensões da Guerra Fria, em que o Brasil era visto como país “neutro” (SEIXAS CORRÊA, 1995)¹.

Ao longo dos mais de 70 anos de atividade da organização, o discurso da AGNU foi

utilizado pelos Presidentes, Primeiro-Ministros e Ministros dos países para reforçar compromettimentos e posicionar-se sobre temas internacionais. Portanto, nesse momento em que os olhos de mundo estão voltados para a tribuna da AGNU, o que é dito importa, e como é dito também.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é apresentar e analisar os principais temas presentes nos discursos dos presidentes da América do Sul na abertura da 73ª sessão, entre os dias 25 de setembro e 1 de outubro de 2018. A presidência da AGNU foi oficialmente confirmada para Maria Fernanda Espinosa Garcez, do Equador, primeira mulher latino-americana a ocupar o posto. Após a sua fala e a do Secretário-Geral da ONU, o português Antonio Guterres, os países puderam fazer uso da palavra. Os principais destaques nos pronunciamentos de cada mandatário serão apresentados por ordem alfabética dos países, seguidos de uma breve conclusão em que serão ressaltados alguns elementos para análise.

1) Argentina²

No dia 11 de março, os colombianos compareceram a uma grave crise econômica e política, com greves, denúncias de corrupção e acordos de empréstimos internacionais, conforme descrito em artigo deste Boletim, o Presidente Mauricio Macri buscou apresentar uma imagem de confiança do país. Macri disse que a Argentina está passando por um período de mudanças necessárias e construindo consensos para um desenvolvimento equitativo e sustentável. Sobre a região, Macri afirmou o comprometimento do país com o Mercosul e com a Aliança do Pacífico, ressaltando a crise de direitos humanos na Venezuela. Nesse contexto, o presidente disse que o país denunciará a Venezuela por crimes contra a humanidade cometidos pelo que classificou como “ditadura”.

Macri também aproveitou para reforçar uma demanda histórica e presente de forma enfática nos discursos argentinos: a posse das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que são internacionalmente reconhecidas como território do Reino Unido. Entretanto, Macri enfatizou que a contestação é feita em tom de diálogo amplo e positivo com o Reino Unido, em prol da construção de confiança mútua.

¹ SEIXAS CORRÊA, L.F. Introdução. In A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995). Brasília: Funag, 1995.

² Discurso disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/argentina> (acesso em 28 de setembro de 2018)

2) Brasil³

Em seu segundo e último discurso de abertura da AGNU, o Presidente Michel Temer, além de discorrer sobre temas internacionais, também utilizou o discurso para falar sobre o sistema político brasileiro e as eleições que se aproximam. Segundo Temer, a democracia brasileira é baseada em instituições sólidas. Para o presidente, seu governo foi capaz de vencer o populismo, superar a pior recessão da história brasileira, de forma que este deixaria o país melhor do que aquele que recebeu.

Sobre temas internacionais, Temer ressaltou a assinatura do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, criticou o unilateralismo e o isolamento de Estados no atual sistema internacional, reafirmou a demanda brasileira pela reforma do Conselho de Segurança e também citou a crise de refugiados venezuelana. Em um tom menos combativo que o de Macri, Temer garantiu a hospitalidade e a assistência do Brasil àqueles que migram para o nosso território, mas concluiu que a onda migratória só terá fim quando a Venezuela retomar o “caminho da democracia e do desenvolvimento”.

3) Bolívia⁴

Evo Morales iniciou seu discurso lembrando o comprometimento da Carta da ONU com a busca de soluções pacíficas de controvérsias, referindo-se ao processo aberto pela Bolívia na Corte Internacional de Justiça contra o Chile, para garantir acesso ao mar. Segundo o presidente, a situação de ausência de costa marítima causa prejuízos econômicos e sociais para o país. Ainda sobre temas da América do Sul, Morales criticou a ação externa, sobretudo dos Estados Unidos, na crise venezuelana, ressaltando que os países da América do Sul devem “resolver seus próprios problemas”.

O mesmo tom crítico aos Estados Unidos foi utilizado para solicitar que o país pague reparações a Cuba pelo isolamento imposto por décadas pelo embargo econômico, e para criticar a ação estrangeira liderada por este na Síria. Críticas foram feitas também a Israel, pelo massacre do povo palestino e pela não observância da solução de dois Estados.

³ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/brazil> (acesso em 27 de setembro de 2018)

⁴ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/bolivia-plurinational-state> (acesso em 27 de setembro de 2018)

4) Chile⁵

Em seu primeiro discurso após ser eleito, Sebastián Piñera destacou os atuais desafios da ordem internacional, como as mudanças climáticas, o terrorismo e a violência de gênero. Piñera considerou que a ONU tem uma competência limitada para lidar com essas ameaças, ao ter enfraquecida sua capacidade de solucionar crises. Segundo o presidente, parte desse problema reside na composição do Conselho de Segurança, que sub-representa regiões como América Latina e África.

A crise na Venezuela também foi tema central do discurso. Piñera mencionou que em 2018 o Chile comemora 30 anos do fim da ditadura militar de seu país, mas que a América Latina não está livre de governos autoritários. O presidente citou a crise política na Nicarágua e as medidas de Nicolas Maduro como exemplos. Para o líder chileno, a população venezuelana tem sido silenciada e vivencia contínuos desrespeitos aos direitos humanos, o que o fez afirmar que não reconhecerá um novo governo de Maduro.

5) Colômbia⁶

Assim como Piñera, Ivan Duque também realizou a sua estreia no plenário da AGNU após as eleições colombianas. Em destaque, ressalta-se o pronunciamento de Duque sobre o acordo de paz do governo com os grupos armados atuando na Colômbia. Segundo o presidente, seu governo atuará pelo desarmamento e reinserção destes grupos, relacionando o fim de suas atividades criminosas com a necessidade de eliminar o tráfico de drogas. Duque solicitou, ainda, esforços internacionais para garantir a liberação de todos os presos políticos.

Sobre o cenário regional, Duque também ressaltou a acolhida do governo colombiano aos migrantes venezuelanos, mas criticou duramente o governo de Maduro, assinalando que esta é a crise humanitária “mais indignante da história recente da região” e que “a livre determinação dos povos não pode ser manipulada para converter-se na livre determinação de opressores”.

⁵ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/chile> (acesso em 28 de setembro de 2018)

⁶ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/colombia> (acesso em 28 de setembro de 2018)



6) Equador⁷

Apesar de já ter discursado na AGNU quando era vice-presidente de Rafael Correa, Lenin Moreno também fez sua estreia na tribuna como principal líder político do país, e em uma situação inusitada. Após a abertura do Brasil, tradicionalmente a palavra é passada aos Estados Unidos, por serem o país sede. Esse ano, Donald Trump atrasou-se por compromissos com a imprensa e houve uma inversão de ordem: em deferência à nacionalidade da presidente da Assembleia Geral, a palavra foi facultada a Moreno, que proferiu o segundo discurso do dia.

Moreno ressaltou que, ao ser portador de necessidades especiais e ter nascido em uma região amazônica e pouco desenvolvida, compreende a importância do cuidado ao ser humano em todas as fases de sua vida. Para ilustrar este ponto, ressaltou uma frase da Constituição dos Estados Unidos sobre a igualdade entre todos os povos. Moreno utilizou essa mesma frase para criticar, portanto, ações restritivas como o embargo à Cuba. No âmbito regional, Moreno também falou sobre a crise da Venezuela, citando uma frase de José Martí que diz que “quando o povo emigra, o governo sobra”, o que geraria governos autoritários e corruptos.

7) Guiana⁸

O discurso da Guiana foi proferido por Carl Greenidge, vice-presidente do país. A Venezuela também foi tema central em sua fala, apesar do motivo ter sido diverso. Greenidge não tratou diretamente do fluxo de migrantes, mas do litígio fronteiriço entre ambos e a recusa da Venezuela de submeter o caso à apreciação da Corte Internacional de Justiça. O vice-presidente ressaltou a necessidade de solucionar a questão, sobretudo pelo grande aumento da produção petrolífera na Guiana.

Greenidge também fez referência a temas globais, como a reforma do Conselho de Segurança, o sofrimento da população Rohingya em Myanmar e o embargo à Cuba. O vice-presidente também defendeu a solução de dois Estados para dar fim ao conflito entre Israel e Palestina.

⁷ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/ecuador> (acesso em 28 de setembro de 2018)

⁸ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/guayana> (acesso em 28 de setembro de 2018)

8) Paraguai⁹

Mario Abdo Benítez, presidente paraguaio, também debutou no plenário após assumir o cargo. Benítez demonstrou solidariedade aos povos da Nicarágua e da Venezuela com os abusos de poder de seus governos, e ressaltou o comprometimento paraguaio com a democracia, contra o autoritarismo. O presidente relacionou a crise de refugiados com a crise econômica, enfatizando o papel das políticas da ONU em prol do desenvolvimento. Nessa linha, defendeu a reforma do Conselho de Segurança para incluir países em desenvolvimento.

Benítez ressaltou também os compromissos do Paraguai com documentos internacionais de temas econômicos e sociais, como a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e o já mencionado Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares. O presidente mencionou, ainda, um tema que não costuma aparecer nos discursos sul-americanos: Benítez defendeu a entrada de Taiwan como membro da ONU, ao considerar legítimo que, pelo princípio da universalidade, o território chinês possa contribuir com o funcionamento da organização.

9) Peru¹⁰

O presidente peruano Martin Vizcarra iniciou seu discurso enfatizando o contexto no qual chegou ao cargo, há seis meses. Segundo Vizcarra, o Peru conseguiu superar uma grave crise política de forma constitucional, culminando na renúncia do então presidente Pablo Kuczynski, denunciado por corrupção. O simbolismo desse processo teria sido a adoção do Compromisso de Lima sobre a Governabilidade Democrática frente à Corrupção, assinado em conjunto com outros países da região na Cúpula das Américas realizada na capital peruana.

Por conta desse compromisso democrático, Vizcarra ressaltou que o país não reconhece o resultado das eleições de maio na Venezuela, ao considerar que o processo não foi feito de forma justa e transparente. Ainda sobre a questão venezuelana, o presidente reforçou o papel do Grupo de Lima e da Organização dos Estados Americanos (OEA), e classificou a crise migratória como um problema

⁹ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/paraguay> (acesso em 28 de setembro de 2018)

¹⁰ Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/peru> (acesso em 28 de setembro de 2018)



que exige uma solução mundial.

10) Suriname¹¹

O Suriname foi o único entre os países sul-americanos a ser representado pela sua Ministra de Relações Exteriores, Yldiz Pollack-Beigle – e também o único país da região a ter uma mulher na tribuna. A Ministra ressaltou o impacto das mudanças climáticas no país, que sofre diretamente com o aumento no nível dos oceanos. Segundo Pollack-Beigle, há um efeito econômico direto, que dificulta a inserção do país no mercado de exportação de commodities. O Suriname também seria afetado pela instabilidade do mercado de petróleo e bauxita. Dessa forma, a Ministra ressaltou a importância de fortalecer o princípio de “responsabilidade comuns, porém diferenciadas”, que enfatiza o papel dos países já desenvolvidos na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

A Ministra também tratou da necessidade de cooperar nas fronteiras do país para combater atividades ilegais como tráfico de drogas e caça. Com isso, defendeu o multilateralismo e criticou imposições econômicas direcionadas a Estados pequenos, sobretudo por diferenças ideológicas, como o caso do embargo à Cuba. O discurso do Suriname não fez referência à Venezuela ou sobre os refugiados na região, com apenas uma breve menção aos direitos humanos, em que a Ministra disse que o país respeita os direitos humanos, mas “rejeita usar os direitos humanos para ganhos políticos”.

11) Uruguai¹²

O presidente Tabaré Vázquez inaugurou sua fala sublinhando o desenvolvimento inclusivo colocado em prática no Uruguai e, nessa lógica de dissociar crescimento econômico de desenvolvimento, criticou os critérios de classificação utilizados pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que dificultam que o Uruguai possa se beneficiar da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Vásquez não tratou da crise da Venezuela como os demais, enfatizando temas globais como as mudanças climáticas e a importância de observar os dispositivos do Acordo de Paris. Para o presidente, o Uruguai tem

11 Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/suriname> (acesso em 30 de setembro de 2018)

12 Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/uruguay> (acesso em 28 de setembro de 2018)

uma vocação “pacifista, solidária e comprometida com a paz e a segurança mundial”, em coerência com os princípios de política externa do país, que ressaltam o repúdio ao terrorismo, o multilateralismo e a defesa dos direitos humanos.

12) Venezuela¹³

Tema de tantos discursos e cercado de muita tensão, o presidente na Venezuela, Nicolás Maduro, fez um discurso com aproximadamente o dobro de duração que os demais. Maduro criticou o pronunciamento feito por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, em que este defendeu uma intervenção na Venezuela para conter a crise. Para Maduro, esse discurso estaria baseado numa interpretação da Doutrina Monroe de que o resto da América é propriedade dos Estados Unidos. Para o presidente venezuelano, os EUA teriam sido os grandes financiadores das ditaduras latino-americanas. Maduro também criticou as ações dos Estados Unidos em relação à Cuba e o bombardeio da OTAN na Líbia.

Nessa linha, Maduro criticou a interferência de “oligarcas de Washington” no mercado internacional de forma a prejudicar as exportações de petróleo e gás do país bolivariano. O presidente também culpou os Estados Unidos de terem participado do atentado que sofreu em agosto, quando um drone explodiu durante um evento. Entretanto, Maduro disse que estaria disposto a “apertar as mãos de Trump”, pois valoriza e reconhece as grandezas dos Estados Unidos, apesar de repudiar o “imperialismo de Washington”.

Considerações Finais

Finalmente sob a liderança de uma mulher latino-americana, a 73ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas teve, como esperado, a crise venezuelana como tema central. Com a exceção do Uruguai, todos os países da América do Sul demonstraram preocupação com a questão, sobretudo com o fluxo transfronteiriço de migrantes, que afetam toda a região. A resposta de Maduro foi direcionar o tema para uma construção de narrativa contra os EUA de forma a impedir uma intervenção no país.

Para além de temas tradicionais nos discursos, como a reforma do Conselho de Segurança e o compromisso com temas globais,

13 Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/73/venezuela-bolivarian-republic> (acesso em 28 de setembro de 2018)



é nítido a perda de centralidade da integração regional como tônica dos discursos. A Unasul, vivenciando uma grave crise, com a suspensão temporária de 5 membros e o pedido de saída da Colômbia, não foi tema das falas dos líderes, da mesma forma que, em relação ao Mercosul, enfatizou-se a dimensão comercial do bloco.

Como, historicamente, o discurso da AGNU é utilizado como plataforma para a defesa de princípios e de políticas, o tom dos discursos da região demonstra que há uma dissonância de ideais dentro da região. Venezuela e Bolívia encontram-se em um polo, enquanto os demais países aproximam-se, com certas nuances, de uma posição crítica ao governo Maduro e mais suscetível à abertura para uma ação internacional da região na Venezuela. O que fica de lição é que a celebrada convergência regional que tanto aprofundou a integração sul-americana nos anos 2000 está cada vez mais fadada a ser tema de aulas de História.

Artigo recebido em 29 de setembro de 2018.



Polarização política na Bolívia: o crescimento da oposição do Governo Evo Morales entre 2016 e 2018

Marília Closs
Pesquisadora OPISA

Introdução

A Bolívia passa atualmente por um período de grave instabilidade política. Evo Morales, presidente do país, vem enfrentando o crescimento da oposição, o que tem levado a uma intensa polarização política no país. Se, por muitos anos, Morales e seu partido, Movimiento al Socialismo (MAS), conseguiram manter relativa estabilidade para a execução de seu projeto político, o quadro se deteriorou entre 2016 e 2018. Em especial, tiveram força as articulações em torno dos movimentos #21F e #BolíviaDijoNo¹, críticos a uma nova candidatura de Morales à presidência e que serão explicados nas próximas seções. Em 2019, o país vai passar por eleições presidenciais, e a oposição a Morales parece estar paulatinamente se unificando. O governo do MAS é um dos últimos no espectro da esquerda que ainda está no poder na América Latina. Neste texto, busca-se mapear as movimentações políticas que ocorreram nos últimos dois anos e que se relacionam com o cenário descrito acima.

O MAS e o projeto de Evo Morales: construção de um novo Estado boliviano

Em 2006, Evo Morales assumiu o governo da Bolívia pela primeira vez. Foi eleito pelo Movimiento al Socialismo com uma vitória sobre Jorge Tutu Quiroga com larga maioria. Além disso, Evo foi eleito em uma composição política com a presença e diálogo forte com movimentos sociais e sindicais, populações camponesas e originárias e movimentos cocaleros. O próprio Morales é originário da população indígena aymara e, por grande parte de sua vida, foi líder sindical cocalero. Em 2009, foi reeleito com mais de 64% dos votos e, em 2014, eleito mais uma vez; os mandatos presidenciais são de cinco anos. Sua primeira reeleição ocorreu após um referendo, em 2008, que permitiu a permanência no poder de Evo, Álvaro García Linera, seu vice-presidente até hoje, e outros oito prefeitos departamentais. Em 2019, a Bolívia passará por mais um pleito eleitoral.

1 Em português, “#BolíviaDisseNão.

A Constituição Política do Estado (CPE), aprovada em 2009, só permite uma reeleição para os cargos majoritários no país. Com o fim do mandato, Evo não teria, portanto, direito à reeleição em teoria. No entanto, hoje Evo trava mais uma disputa política, pois tenta inserir na Constituição a possibilidade de uma segunda reeleição à presidência. No dia 21 de fevereiro de 2016, Morales levou a questão a referendo e, em um placar apertado, não conseguiu vitória: pouco mais de 51% da população votante no referendo votou contrariamente à possibilidade de uma nova reeleição. Parte da oposição hoje se mobiliza para que o presidente não possa concorrer; no entanto, os setores judiciais do país já deram a liberação, e Evo confirmou a candidatura da chapa, novamente com García Linera, atual vice-presidente do país, para o pleito que ocorrerá em 2019.

Por mais de uma década, o MAS foi a força majoritária na política boliviana. Nasceu no início da década de 1990, no departamento de Cochabamba. Sua denominação enquanto “partido” não é consenso nem internamente nem a nível acadêmico, pois é formado por diversos movimentos sociais, sindicatos, comunidades de populações camponesas e originárias e diversos outros setores populares que mantêm autonomia em relação à direção da organização. Por isto, alguns o classificam como “instrumento político”, outros como “confederação de movimentos” ou até mesmo como um “protopartido”². Seus instrumentos de ação combinam práticas da institucionalidade política com ação direta. Em termos de orientação política, o MAS pode ser alocado na esquerda, ligado ao nacionalismo anti-imperialista e com uma perspectiva de raça – sobretudo indígena – bem demarcada.

Ambas as características são representativas do país. A Bolívia tem marcadores sociais bastante complexos. Trata-se de um Estado majoritariamente composto por populações originárias: mais de 50% da população é considerada indígena. Para René Zavaleta, é uma sociedade abigarrada³ – múltipla e diversa em termos de conformação de classe, descolada, sem hegemonia; para o autor, há

2 SILVA, Fabricio Pereira da. Equilíbrios precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas. In: DOMINGUES, José Maurício; GUIMARÃES, Alice Soares. MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio Pereira (Orgs.) A Bolívia no Espelho do Mundo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

3 No espanhol, abigarrada significa heterogêneo de forma que seus elementos ficam mal-combinados ou descombinados.



sobretudo uma sobreposição desarticulada dentre vários tipos de sociedades em uma só.⁴ Para Luis Tapia, maior consequência da sociedade boliviana ser abigarrada é que coexistem nela vários modos de produção, línguas e formas de governo. É, portanto, mais que uma sociedade multicultural, mas sim uma sociedade multisocietal⁵. Além disso, é um país com uma economia frágil, periférica, com uma grande concentração no setor primário-exportador, principalmente na exploração de recursos naturais, como o gás, o que a torna consequentemente dependente do centro. As atividades principais da economia, por onde gira a maior parte do capital, funcionam de forma relativamente desligada dos setores que empregam a maior parte da população, nas zonas rurais.

O principal marco da política do MAS foi a aprovação da CPE, referendada em janeiro de 2009 e promulgada um mês depois por Morales. O referendo ocorreu depois de mais de dois anos de discussão por parte da Assembleia Constituinte e após turbulentos tensionamentos e polarizações políticas. A Constituição se destaca, inclusive no plano internacional, por uma série de questões que a diferenciam das Cartas liberais republicanas que hoje são a regra na porção ocidental do globo: traz em seu texto diversas inovações institucionais, em especial no que se refere às questões das populações originárias. A principal é a declaração do Estado boliviano enquanto multinacional, ou seja, enquanto país que conta com diversas nações dentro de seu próprio Estado; isto é consequência do reconhecimento das populações originárias enquanto povos próprios – com cultura, língua, cosmovisão particulares. O reconhecimento da Bolívia enquanto Estado multinacional e multiétnico traz diversas consequências, como a concessão de direitos comunitários, em um processo de complexificação da pessoa jurídica⁶, novas formas de participação social para além da representação e um padrão diferenciado de relação com os recursos naturais – que coloca o Estado como garantidor do fornecimento de recursos básicos à sobre-

vivência a todo cidadão. Entre diversos outros elementos que poderiam ser destacados, enfatiza-se o estabelecimento do buen vivir como um princípio ético-moral da sociedade boliviana, a definição da descolonização como um dos objetivos do Estado e o respeito à “sagrada Tierra Madre” e à Pachamama como princípios constitucionais. Com isto, desde 2006, a vida política e o debate público boliviano estiveram guiados pelo projeto do MAS, seja no plano doméstico, seja no plano da política externa.

Crise e desmonte do projeto?

Durante os anos de governo de Morales, a oposição ao MAS sempre se fez presente, em especial concentrada no departamento de Santa Cruz. A partir de 2016, tem crescido e se expandido paulatinamente, elevando o grau de polarização política no país. Após a aprovação da decisão de Evo e de García Linera em seguirem na disputa eleitoral, organizou-se um movimento denominado 21F – em referência ao 21 de fevereiro, dia do referendo que havia contrariado essa possibilidade. Em torno disso, reuniram-se uma série de grupos de oposição – institucional ou não – ao MAS, sindicatos e organizações setoriais para manifestarem-se contra a decisão. A partir de então, são recorrentes na Bolívia ações de oposição a Evo, sejam no plano institucional, sejam no plano das ações coletivas.

Em abril de 2017, os ex-presidentes Carlos Mesa, Jorge Quiroga e Víctor Hugo Cárdenas se juntaram a Rubén Costas, governador de Santa Cruz, Luis Revilla, prefeito de La Paz, e Samuel Doria Medina, líder da Unidad Nacional, para emitir conjuntamente um pronunciamento “em defesa da democracia e da justiça”. Os seis políticos são alguns dos nomes mais significativos da oposição – à direita – ao MAS do cenário político contemporâneo. Na declaração, os políticos chamam a repostulação da candidatura de Morales de atentado contra a soberania do povo e condenavam a judicialização da política⁷. Ainda, a declaração critica o sistema judiciário boliviano, o qual passaria por eleições dali a alguns meses, por entender que a forma como se dá a escolha dos postulantes ao judiciário propicia o aparelhamento deste por parte do MAS. Após o pronunciamento, Jorge Quiroga disse

4 ZAVALETA, René. *Lo Nacional-Popular en Bolivia*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 1986.

5 TAPIA, Luis. *Política Selvaje*. La Paz: CLACSO / Muela del Diablo, 2008.

6 MOTA, Aurea. *A Nova Constituição Política do Estado Boliviano: antecedentes históricos, conteúdo e proposta analítica*. In: DOMINGUES, José Maurício; GUIMARÃES, Alice Soares. MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio Pereira (Orgs.) *A Bolívia no Espelho do Mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

7 EL DEBER. *Líderes firman acuerdo por la democracia y la libertad*. Publicado em: 12/4/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: <https://www.el-deber.com.bo/bolivia/Lideres-politicos-plantean-acuerdo-de-defensa-de-la-democracia-20170412-0024.html>



que a movimentação política ocorreu em defesa da cidadania boliviana e para “evitar que a Bolívia se torne uma Venezuela”⁸. A declaração é importante não apenas porque agrega, no que foi denominado “bloco crítico a Evo”, nomes de peso da oposição, mas também porque a unificação de setores da direita boliviana é um fato político que há tempos não ocorria.

Em dia 28 de setembro, o Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) aceitou o recurso do MAS que requer a alteração de três artigos constitucionais para que torne possível a nova postulação de Evo à presidência. Em outubro, cinco políticos bolivianos – incluindo o ex-presidente Carlos Mesa – levaram a questão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para denunciar o governo boliviano⁹ pelo que consideram um desrespeito ao pacto de São José, fundador da instituição¹⁰. Não foi a primeira ou a última vez que o debate sobre a repostulação de Morales foi à OEA¹¹. Em dezembro de 2017, as eleições judiciais também ocorreram em meio a instabilidades e protestos. Após diversas campanhas por parte da oposição para a deslegitimação do processo eleitoral – por entender que a forma como se deu o registro das candidaturas favorece a eleição de setores sociais ligados ao MAS –, as candidaturas eleitas obtiveram cerca de 31% dos votos, enquanto os votos nulos ultrapassaram os 50%¹². Além disso, há algumas semanas, foi aprovada a Lei de Organizações Políticas, que prevê, pela pri-

8 EL DEBER. Bloque crítico a Evo reclama por la democracia y la libertad. Publicado em: 13/4/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Nace-bloque-critico-a-Evo-tras-meses-de-reuniones-20170412-0111.html>.

9 LA RAZÓN. La oposición denuncia ante la CIDH al Gobierno y al TCP por violar el Pacto de San José. Publicado em: 5/10/2017. Acesso em: setembro/2018. Disponível em: http://www.la-razon.com/nacional/Repostulacion-CIDH-violacion-oposicion-Gobierno-TCP-Pacto-Jose_0_2795720434.html

10 EL DEBER. La OEA acumula tres denuncias contra la repostulación y Arce ve injerencia de EEUU. Publicado em: 6/10/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: La OEA acumula tres denuncias contra la repostulación y Arce ve injerencia de EEUU

11 Mais informações em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2017/11/Conjuntura-Latitude-Sul-n-10-Outubro-de-2017.pdf>

12 EL DEBER. Las nuevas autoridades judiciales son electas con el 31,5%; el voto nulo pasa el 50%. Publicado em: 4/12/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: Las nuevas autoridades judiciales son electas con el 31,5%; el voto nulo pasa el 50%.

meira vez, a realização de prévias para março de 2019. A lei foi interpretada pela oposição como uma manobra para tentar legitimar a candidatura de Evo¹³.

Em termos de ação coletiva, os últimos dois anos também foram de muita movimentação na Bolívia. O 21F articulou grandes manifestações quase todos os meses. Em outubro de 2017, após a sinalização positiva do TCP ao MAS, grandes marchas tanto a favor como contra Morales ocorreram no país¹⁴. Em agosto do mesmo ano, na cidade de Achacachi, a cem quilômetros de La Paz, manifestantes exigiram a saída do prefeito Edgar Ramos, do MAS. Durante quase um mês, os manifestantes realizaram greves e bloqueio a estradas; no fim de agosto, milhares de mulheres da cidade realizaram uma marcha até La Paz para protestar contra Ramos, Morales e o MAS¹⁵. Em fevereiro de 2018, quando o 21F completou dois anos, ocorreram diversas manifestações – sendo a maior na capital, La Paz, com grande participação de setores universitários¹⁶. Além das sucessivas marchas, foram de grande importância greves de setores como a dos médicos – que durou mais de 40 dias entre novembro e dezembro de 2017¹⁷ – e dos estudantes da Universidad Pública de El Alto (UPEA) em junho de 2018¹⁸. Em 2018,

13 EL DEBER. Tribunal Electoral instala Sala Plena para analizar cambios a ley de partidos. Publicado em: 19/8/2018. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/TSE-instala-Sala-Plena-para-analizar-cambios-a-ley-de-partidos-20180829-5307.html>

14 LA RAZÓN. Movilizaciones en varias capitales piden que se respete el rechazo a la repostulación. Publicado em: 11/10/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: http://www.la-razon.com/nacional/Bolivia-No-movilizaciones-rechazo-repostulacion-Morales_0_2798720153.html

15 EL DEBER. Achacachi reactiva su lío y lo traslada a La Paz. Publicado em: 17/8/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/bolivia/Achacachi-reactiva-su-lío-y-lo-traslada-a-La-Paz-20170817-0022.html>

16 LA RAZÓN. Masivas concentraciones acrecientan la polarización en el país por la repostulación. Publicado em: 21/10/2018. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: http://la-razon.com/nacional/Masivas-concentraciones-acrecientan-polarizacion-repostulacion_0_2879112121.html

17 LA RAZÓN. El Gobierno pide levantar el paro médico para la instalación de un diálogo ‘por tiempo y materia’. Publicado em: 28/12/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: http://www.la-razon.com/nacional/Gobierno-dialogo-medicos_0_2846115408.html

18 LA RAZÓN. Protesta de la UPEA vulnera cerco de la Casa del Pueblo y daña parte de su fa-



se popularizou também a campanha #Boli-viaDijoNo, que serve como palavra de ordem e movimento de chamada para marchas, greves e passeatas.

Finalmente, cabe destacar que a relação de Evo e do MAS com algumas comunidades originárias e camponesas e com alguns movimentos sociais— eixos que sempre foram fundamentais para o MAS — tem sofrido diversos desencontros. No geral, os conflitos com populações originárias estão ligados à utilização de territórios e de recursos naturais. Exemplo disso é a crise em curso sobre a utilização do Território Indígena Parque Nacional Isidoro Secure (TIPNIS). Em agosto de 2017, Evo revogou a lei de intangibilidade sobre o território, aprovada em 2011, para a construção de pontes e estradas com o objetivo de ligar os departamentos de Cochabamba e Beni¹⁹. Os protestos, marchas e bloqueios, que já ocorrem há anos em função de tensões envolvendo o TIPNIS, reiniciaram no mesmo mês, envolvendo setores indígenas, ambientalistas, a Igreja Católica e líderes da oposição ao MAS²⁰.

A respeito das fragmentações no diálogo com movimentos sociais, destaca-se o papel que a Central Obrera Boliviana (COB) — maior central sindical do país — tem exercido nas críticas a Evo²¹ e ao MAS. Em 2016, a COB esteve presente em algumas frentes do 21F e compunha o Comité Nacional de Defensa de la Democracia (CONADE). Em fevereiro de 2017, no entanto, a central sindical²² rompeu com o movimento, não esteve presente no 21F deste ano e liderou, de forma independente,

chada. Publicado em: 7/8/2018. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em http://www.la-razon.com/sociedad/UPEA-protestas-vulneran-cerco-danan-fachada-Casa-Pueblo_0_2942705734.html
19 EL DEBER. ONU invoca al diálogo y concertación ante conflicto por parque. Publicado em: 9/8/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/bolivia/ONU-invoca-al-dialogo-y-concertacion-ante-conflicto-por-parque-20170809-0027.html>
20 Mais informações em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2017/09/Conjuntura-Latitude-Sul-n.8-Agosto-2017.pdf>

21 EL DEBER. COB descarta participar en actos del 21F y anuncia huelga. Publicado em: 17/2/2017. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/COB-descarta-participar-en-actos-del-Gobierno-por-el-21F-20170217-0068.html>

22 LA RAZÓN. COB y Conalcam convocan para el 10 de octubre a una marcha en defensa de la democracia. Publicado em: 4/9/2018. Acesso em: setembro / 2018. Disponível em: http://www.la-razon.com/nacional/Marcha-democracia-Evo-Conalcam-afrenta-21F-neoliberalismo_0_2996100389.html

uma greve ligada a pautas trabalhistas — ou seja, não deixou de fazer críticas a Evo . Em setembro de 2018, as relações entre o MAS e a COB, aliados históricos, já estavam novamente mais pacificadas após a eleição da nova diretoria da central sindical . No entanto, o histórico dos últimos dois anos mostra uma instabilidade que é relevante para o cenário político nacional. Além disso, cabe mencionar os conflitos ocorridos nos últimos meses entre o governo e algumas organizações de produtores de coca — setor popular que, historicamente, também esteve aliado ao MAS. Em especial, destaca-se o conflito de Evo com a Associação Departamental dos Produtores de Coca (Adepcoca) e a prisão de seu líder, Franklin Gutiérrez²³.

Futuro Incerto

O futuro da Bolívia está incerto. Evo e o MAS, por mais de uma década, mantiveram altos níveis de popularidade. No entanto, a partir de 2016, o cenário começou a mudar, e a polarização política começa a crescer, em especial no debate institucional, com a unificação do discurso em torno da defesa da democracia e contra a nova postulação de Morales à presidência. O diálogo com os movimentos sociais e com setores populares que, historicamente, foram base do MAS também parece rachado. Isto importa porque todo o projeto de Estado do MAS é baseado na participação popular e no diálogo com movimentos e comunidades originárias. Alguns elementos presentes na crise política brasileira que vivemos hoje podem ser vislumbrados, ainda que com menor intensidade, na realidade política boliviana. Um exemplo disso é a judicialização da política — ou a politização do judiciário. Pode-se notar, também, como a direita concentra seu debate em defesa da democracia a partir da instrumentalização do medo de a Bolívia “virar a Venezuela” e da construção de regimes ditatoriais a esquerda — temor que, assim como no Brasil, soa, de forma alarmista. Cabe notar, além disso, que a constituição boliviana — e as alterações em cima desta — seguem no centro do debate público do país.

No meio de setembro deste ano, Evo concedeu anistia a Carlos Mesa e Jorge Tutu Quiroga com respeito aos processos que ambos enfrentam, ligados aos casos Quiborax e Petrocontatos, respectivamente. Morales o fez para que os dois aceitassem seu convite para

23 Mais informações em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2018/09/Conjuntura-Latitude-Sul-n.-8-Agosto-2018.pdf>.

ir até Haia receber a decisão final da Corte Internacional de Justiça sobre a demanda boliviana pelo mar ao Chile²⁴. Poder-se-ia intuir que se trata, de alguma forma, de uma tentativa de Morales de acenar aos setores da oposição com uma eventual pactuação política. Resta saber se a crise que o MAS enfrenta hoje é político-institucional – e, portanto, teria chances de ser superada –; ou se é em seu projeto e na base que o sustenta – o que tornaria mais difícil a manutenção de um regime de esquerda no governo boliviano frente ao diagnóstico do fracasso na construção de uma hegemonia do MAS na Bolívia vida política.

Artigo recebido em 29 de setembro de 2018.

24 LA RAZÓN. Evo concede amnistía a expresidentes Mesa y Quiroga para que acompañen proceso post La Haya. Publicado em: 27/9/2018. Acesso em: setembro/2018. Disponível em: http://www.la-razon.com/nacional/demanda_mar%C3%ADtima/Amnistia-Morales-expresidentes-Mesa-Quiroga-escenario-post-Haya_0_3009899006.html



A conjuntura política da Argentina e o futuro do Governo Macri

André Pimentel Ferreira Leão
Pesquisador OPISA

Introdução

O governo do presidente Mauricio Macri tem enfrentado dificuldades ultimamente. Em primeiro lugar, teve de lidar com questões sociais sensíveis, como a mobilização crescente da sociedade argentina sobre a legalização do aborto – que foi debatida no Congresso nacional e levou Macri a ter de se posicionar sobre o assunto. E em segundo lugar, a agenda neoliberal implementada pelo governo – marcada, no âmbito regional, pela busca de acordos de livre-comércio e, no âmbito doméstico, por medidas de ajuste fiscal e políticas de austeridade – tem gerado consequências negativas para a economia argentina.

Desde 2016, já eram evidentes alguns sinais de que a crise econômica na Argentina estava se agravando: desvalorização do peso argentino, queda da atividade industrial, aumento do desemprego e da desigualdade social e alto índice de inflação. Em 2016, uma reportagem do jornal *El País*¹ mostrou que o PIB argentino caiu 3,8% no terceiro trimestre, a atividade industrial teve retração de 4,1%, a inflação atingiu 40% e o desemprego saltou de 5,9% para 9,3% no segundo trimestre. Ademais, o governo aumentou as tarifas² – ato chamado de “tarifazo” – de serviços públicos essenciais, como transporte, energia e gás. Dados do Instituto de Estatística e Censos (INDEC)³, do terceiro trimestre de 2016, mostram que a renda média da parcela de 10% da população mais rica era 25,6 vezes maior do que a parcela de 10% da população mais pobre, ao passo que no trimestre imediatamente anterior, essa diferença era de 23 vezes. Ainda de acor-

do com dados do INDEC⁴, em 2016, 32,2% da população argentina era considerada pobre e, dentre ela, 1,7 milhões de pessoas eram indigentes, o que representa um total de 6,3%. Em comparação com dados de 2013, data da última medição – a última foi interrompida em 2014 – houve um grande aumento, já que as taxas de pobreza e de indigência eram de 4,7% e 1,4%, respectivamente naquela data.

Com a deterioração da economia, a população argentina demonstrou sua insatisfação. O primeiro sinal foi a convocação de uma greve geral⁵, capitaneada por sindicatos e apoiada por várias categorias profissionais. Aliado a isso, os índices de popularidade⁶ de Macri também caíram consideravelmente, se levados em conta o índice de aprovação do início do governo (dezembro de 2015) e sua comparação com março de 2017. Nesse período, a aprovação do governo caiu de 75% para 45,8%.

Acordos com o FMI para recuperar a economia

A principal saída encontrada por Macri para frear a crise econômica foi recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No início de maio de 2018, o presidente anunciou que solicitaria ao FMI um empréstimo para tentar conter os efeitos da crise cambial em curso no país. O aumento da taxa de juros nos Estados Unidos gerou uma desvalorização crescente do peso argentino, o que levou o Banco Central da Argentina a subir os juros de 32,25% para 40%, em uma tentativa de impedir a fuga de capitais. Além disso, o governo anunciou um corte nos gastos públicos de aproximadamente US\$ 3 bilhões. A imprensa argentina havia especulado que o empréstimo pedido ao FMI deveria ser de, no mínimo, US\$ 30 bilhões⁷, e

4 Portal Télam. Indec: El 32,2% de los argentinos es pobre y el 6,3% se encuentra en la indigencia, 28/09/2016. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/notas/201609/164862-pobreza-indec-cifras-estadisticas.html>. Acesso em: 27/09/2018.

5 *El País*. Greve geral desafia Macri, anfitrião do Fórum Econômico Mundial, 06/04/2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/06/internacional/1491441490_387006.html. Acesso em: 27/09/2018.

6 Clarín. Por primera vez, la desaprobación del Gobierno supera a la aprobación, 12/03/2017. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/primera-vez-desaprobacion-gobierno-supera-aprobacion_0_Bki0psZjx.html. Acesso em: 27/09/2018.

7 Clarín. Argentina le pedirá el FMI “un piso de US\$ 30.000 millones de dólares”, 08/05/2018. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/argentina-pedira-fmi-piso-30-000-millones-dola>

1 *El País*. Argentina vê aprofundar sua desigualdade social, 10/01/2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/economia/1483732167_789124.html. Acesso em: 27/09/2018.

2 *Nexo Jornal*. O que mudou na Argentina após 1 ano de Mauricio Macri, 09/12/2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/09/O-que-mudou-na-Argentina-ap%C3%B3s-1-ano-de-Mauricio-Macri>. Acesso em: 27/09/2018.

3 *El País*. Argentina vê aprofundar sua desigualdade social, 10/01/2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/economia/1483732167_789124.html. Acesso em: 27/09/2018.

Macri afirmou que o acordo permitirá fortalecer o programa de crescimento econômico e de desenvolvimento do país. Nicolás Dujovne, ministro da Fazenda, destacou que o apoio do FMI consiste em uma linha de financiamento preventivo contra a volatilidade global que tem tido efeitos negativos sobre a economia argentina⁸. Em contrapartida, o FMI solicitou ao governo argentino que reduza seu déficit fiscal. Para buscar apoio à decisão anunciada e explicá-la mais detalhadamente, Macri reuniu-se com os governadores das províncias locais, com os principais empresários do país e com senadores da oposição⁹.

No âmbito internacional, o presidente angariou apoios importantes¹⁰. Em reunião dos ministros de Relações Exteriores do G-20¹¹, realizada em Buenos Aires, o ministro argentino, Jorge Faurie, ressaltou o apoio de praticamente todos os países do grupo, como Brasil, China¹², Japão, México e Estados Unidos, além de outros, como Holanda, Espanha¹³ e Chile. Entretanto, também ocorreram fortes críticas ao acordo anunciado pelo governo. Setores da Confederación General del Trabajo (CGT) protestaram e, no dia 25 de maio, teve lugar uma grande manifestação¹⁴ em Buenos

Aires – organizada por sindicatos, movimentos sociais e políticos da oposição – contra o governo e contra o acordo com o FMI.

Já no mês de junho, a Argentina assinou acordo com o FMI no valor de US\$ 50 bilhões¹⁵, por um período de três anos. A diretora do órgão, Christine Lagarde, destacou a necessidade de a Argentina redobrar os esforços para controlar a inflação, manter as taxas de câmbio flexíveis, bem como estabelecer um piso para gastos na área de assistência social. No fim do mesmo mês, o Conselho Executivo do FMI aprovou o acordo, e a Argentina poderá imediatamente obter US\$ 15 bilhões liberados pelo FMI. A imprensa argentina informou que esse acordo significa um marco na política econômica para frear a desvalorização cambial, recuperar a confiança dos mercados e alavancar a economia. O acordo com o FMI implica um ajuste fiscal mais profundo do que o previsto inicialmente pelo governo, que decidiu promover mais cortes nos gastos públicos e nos financiamentos do Banco Central ao Tesouro argentino. Contudo, mesmo após o anúncio da aprovação do acordo, o peso continuou se desvalorizando e o risco-país aumentou.

A política econômica adotada pelo governo Macri gerou protestos no país. A CGT convocou nova greve geral¹⁶, pela terceira vez em 15 meses. Os organizadores da greve estimam que aproximadamente um milhão de trabalhadores participaram da greve, que contou com a adesão de vários sindicatos, como os dos setores de transportes públicos e de aviação, o que limitou o funcionamento dos serviços de mobilidade urbana. O objetivo dos trabalhadores foi pressionar o governo para mudar a política econômica – acusado de implementar um ajuste muito drástico imposto pelo FMI – e protestar contra o aumento de tarifas e contra as demissões na administração pública.

No mês de setembro, diante da continuidade da crise econômica, o governo argentino Obelisco contra el Gobierno y el FMI, 25/05/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/actores-politicos-sindicalistas-marchan-obelisco-gobierno-fmi_0_BJCSynrym.html. Acesso em: 30/05/2018.
15 G1, Argentina fecha acordo de US\$ 50 bilhões com o FMI, 07/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/argentina-fecha-acordo-de-financiamento-com-fmi.ghtml>. Acesso em: 28/06/2018.
16 La Nacion. La CGT encabeza el tercer paro contra la política económica de Macri, 25/06/2018. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/2147111-la-cgt-encabeza-el-tercer-paro-contra-la-politica-economica-de-macri>. Acesso em: 30/06/2018.

[res_0_Bkilm8yAM.html](https://www.clarin.com/economia/nicolas-dujovne-prestamo-fmi-permitira-seguir-plan-gradualista_0_Sk9aPUyCM.html). Acesso em: 30/05/2018.
8 Clarín. Nicolás Dujovne: “El préstamo del FMI nos permitirá seguir con el plan gradualista”, 08/05/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/economia/nicolas-dujovne-prestamo-fmi-permitira-seguir-plan-gradualista_0_Sk9aPUyCM.html. Acesso em: 30/05/2018.
9 Clarín. Ante Mauricio Macri, los senadores firmaron un documento de apoyo “para defender la estabilidad financiera”, 14/05/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/mauricio-macri-reune-senadores-opositores-fmi-tarifas-presupuesto-2019_0_r1EXnEwCG.html. Acesso em: 30/05/2018.
10 La Nacion, Fuerte apoyo internacional a la política económica del gobierno, 09/05/2018. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/2133129-fuerte-apoyo-internacional-a-la-politica-economica-del-gobierno>. Acesso em: 30/05/2018.
11 La Nacion, Los países del G-20 respaldaron la negociación de la Argentina con el FMI, 22/05/2018. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/2136688-los-paises-del-g-20-respaldaron-la-negociacion-de-la-argentina-con-el-fmi>. Acesso em: 30/05/2018.
12 Clarín. El gobierno chino se sumó a los apoyos internacionales que busca el gobierno, 11/05/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/gobierno-chino-sumo-apoyos-internacionales-busca-gobierno_0_HkWj-57CM.html. Acesso em: 30/05/2018.
13 Clarín. Macri recibió el apoyo de Rajoy y gestiona una conversación con Trump, 11/05/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/macri-recibio-apoyo-rajoy-gestiona-conversacion-trump_0_rkFZ8R40M.html
14 Clarín. Actores, políticos y sindicalistas marcharon



no negociou com o FMI um aporte financeiro adicional¹⁷, no valor de US\$ 7,1 bilhões, o que elevou o valor total a US\$ 57,1 bilhões. Inicialmente, a Argentina receberia US\$ 6 bilhões de adiantamento este ano, mas com o novo aporte receberá um total de US\$ 13,4 bilhões. Em 2019, o país receberia US\$ 11,4 bilhões, e agora receberá US\$ 22,8 bilhões. O anúncio desse novo acordo foi celebrado pelo governo estadunidense¹⁸ e pelo mercado financeiro (Wall Street)¹⁹. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos elogiou o forte ajuste fiscal e monetário realizado pelo governo argentino, destinado a reduzir as taxas de juros e a inflação. Para operadores de Wall Street, o acordo melhora o panorama financeiro do país e ajuda a diminuir o nervosismo do mercado financeiro internacional.

Em resposta ao novo acordo com o FMI, as principais centrais sindicais da Argentina – capitaneadas pela CGT – convocaram, pela quarta vez, uma greve geral²⁰ que paralisou os transportes e vários serviços do país no fim de setembro. Os líderes sindicais entendem que o acordo afeta principalmente a parcela mais pobre da população. Já o presidente Macri afirmou que, em função da crise, esse não é “um momento oportuno”²¹ para fazer greve.

A defesa do livre-comércio como motor da economia

No âmbito regional, a busca pelo crescimento econômico ocorre por meio da defesa da

17 Clarín. Nuevo acuerdo con el FMI: Macri recibirá US\$ 18.800 millones más que lo previsto, 26/09/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/economia/nuevo-acuerdo-fmi-final-llegaran-us-100-millones-adicionales_0_eFf0hH5f4.html. Acesso em: 28/09/2018.

18 Clarín. El gobierno de Donald Trump saludó el nuevo acuerdo con el FMI, 26/09/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/economia/gobierno-donald-trump-saludo-nuevo-acuerdo-fmi_0_T4XJKOoGX.html. Acesso em: 28/09/2018.

19 Clarín. Para Wall Street, el acuerdo con el FMI es “generoso” y calmará a los mercados, 26/09/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/economia/wall-street-acuerdo-fmi-generoso-calmar-mercados_0_0qPqMSAVN.html. Acesso em: 28/09/2018.

20 Carta Capital. Argentina enfrenta cuarta greve general contra gobierno Macri, 25/09/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/argentina-enfrenta-quarta-greve-general-contra-gobierno-macri>. Acesso em: 28/09/2018.

21 G1. Greve geral na Argentina contra governo Macri paralisa transportes e serviços, 25/09/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/25/greve-general-contra-gobierno-macri-paralisa-transportes-e-servicos-na-argentina.ghtml>. Acesso em: 28/09/2018.

negociação de acordos de livre-comércio, que tem sido um dos principais eixos de ação da política externa argentina. Um exemplo importante disso é a posição favorável da Argentina a um maior estreitamento de laços entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. O protecionismo adotado pelos Estados Unidos²² na gestão de Donald Trump está na raiz dessa aproximação entre os dois blocos. A ênfase no livre-comércio indica uma preferência da Argentina por um retorno ao modelo do “regionalismo aberto” que esteve em voga nos anos 1990, cuja essência era inserir os blocos de integração periféricos no processo de globalização²³.

Em abril de 2017, um primeiro passo foi dado para a construção de pontes entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, quando foi realizada em Buenos Aires uma cúpula dos 8 chanceleres dos países-membros de ambos os blocos, onde foi estabelecida uma agenda comum para avançar em direção a um acordo de livre comércio²⁴ e em defesa do liberalismo econômico. Os principais objetivos dessa agenda são a identificação de cadeias de valor regionais, a facilitação e promoção do comércio e a cooperação aduaneira. Em 25 julho de 2018, concretizou-se a primeira cúpula Mercosul-Aliança do Pacífico²⁵, em Puerto Vallarta, no México, durante a XIII Cúpula da Aliança do Pacífico. Foi divulgada uma declaração oficial em que os países se comprometem a realizar um acompanhamento semestral do processo de integração entre os dois blocos – com vistas a chegar a um acordo de livre-comércio – e reforçam o compromisso com o sistema multilateral de comércio. Foi também estabelecido um Plano de Ação, para tratar de vários temas, como a facilitação do comércio e de barreiras não tarifárias.

22 El País. Mercosur y Alianza del Pacífico inician la integración contra el proteccionismo de Donald Trump, 07/04/2017. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2017/04/07/argentina/1491590076_975735.html. Acesso em: 28/09/2018.

23 GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

24 Clarín. El Mercosur y la Alianza del Pacífico se comprometen a liberar el comercio, 07/04/2017. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/mercursosur-alianza-pacifico-comprometen-liberar-comercio_0_BkARILSpe.html. Acesso em: 28/09/2018.

25 Ministerio de Relaciones Exteriores de Argentina. El Mercosur y la Alianza del Pacífico profundizan su integración, 25/07/2018. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/el-mercursosur-y-la-alianza-del-pacifico-profundizan-su-integracion>. Acesso em: 12/07/2018.

A questão do aborto

As discussões sobre a legalização do aborto na Argentina intensificaram-se em 2018, e a posição do presidente Macri foi que o Congresso deveria debater a questão. A cautela de Macri deve-se ao fato de que esse debate gerou grande repercussão na sociedade e pode ser um tema fundamental nas eleições que serão realizadas no próximo ano.

Atualmente, a realização do aborto na Argentina é permitida somente em casos de estupro ou nos quais a vida da mulher esteja em risco. Em junho de 2018, a Câmara dos Deputados votou um projeto de lei que permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Por 129 votos a favor, 125 contra, e uma abstenção, o projeto foi aprovado²⁶. Entretanto, para ser legalizado, o Senado também deveria aprová-lo. Quase dois meses depois, no início de agosto, o projeto foi votado e rejeitado pela maioria dos senadores²⁷. Enquanto 38 senadores se posicionaram contrariamente à legalização, 31 votaram a favor, e 2 absteram-se. A bancada governista (chamada de “Cambiamos”) foi a que mais contribuiu para que o projeto não fosse aprovado²⁸. De um total de 25 senadores dessa coalizão, 17 votaram contra a legalização.

A recusa do Senado levou o governo a considerar o envio de uma proposta de reforma do Código Penal ao Congresso²⁹, para descriminalizar a prática do aborto. Dentro do governo, há quem entenda que a descriminalização é uma medida menos controversa que a legalização. Cogitou-se também uma consulta popular³⁰, mas ela foi rechaçada pelo governo, 26 G1. Deputados argentinos aprovam legalização do aborto; projeto vai para o Senado, 14/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/deputados-argentinos-aprovam-legalizacao-do-aborto-projeto-vai-para-o-senado.ghtml>. Acesso em: 28/09/2018. 27 G1. Senado da Argentina rejeita legalização do aborto no país, 09/08/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/09/senado-argentino-rejeita-legalizar-aborto-no-pais.ghtml>. Acesso em: 28/09/2018. 28 Clarín. Cambiamos, el bloque que más aportó para que no saliera la ley de aborto, 09/08/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/cambiamos-bloque-aborto-saliera-ley-aborto_0_HkJzk6tS7.html. Acesso em: 28/09/2018. 29 Clarín. Aborto: tras el no del Senado, el Gobierno incluirá la despenalización en la reforma del Código Penal, 08/08/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/aborto-ley-sale-gobierno-incluiria-despenalizacion-reforma-codigo-penal_0_ryeK60Orm.html. Acesso em: 28/09/2018. 30 Clarín. El Gobierno descarta una consulta popular por el aborto: “no es el camino”, 09/08/2018.

que valorizou o debate realizado no âmbito do Legislativo e defendeu a continuidade do diálogo a partir dos consensos obtidos por meio desse debate. Publicamente, o presidente Macri posicionou-se em defesa da vida e manifestou-se em prol do convívio pacífico entre os que são favoráveis e os que são contrários ao aborto, mas em conversas privadas declarou que “as mulheres devem ter o direito de decidir”³¹. Macri ainda defendeu que o governo reforce a distribuição de contraceptivos³² e promova mais iniciativas de educação sexual nas escolas como forma de prevenção da gravidez na juventude.

A questão do aborto na Argentina já vinha sendo alvo de debates e de tentativas de deliberação no Congresso, tendo gerado dois movimentos sociais opostos³³: os “verdes”, favoráveis à legalização do aborto; e os “celestes”, contrários à medida. A Igreja católica argentina, inicialmente neutra em relação ao debate sobre o aborto, passou a ter papel-chave após a aprovação da lei na Câmara dos Deputados, quando se posicionou contra a legalização³⁴. De qualquer modo, a importância da questão do aborto no país e a divisão de opiniões que ela gera terão impactos significativos nas campanhas eleitorais de 2019³⁵, já que os candidatos terão que se posicionar nos debates a respeito do tema.

Disponível em: https://www.clarin.com/politica/gobierno-descarta-consulta-popular-aborto-cambio_0_H12SEpFr7.html. Acesso em: 28/09/2018. 31 Clarín. Aborto: tras el no del Senado, el Gobierno incluirá la despenalización en la reforma del Código Penal, 08/08/2018. Clarín. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/aborto-ley-sale-gobierno-incluiria-despenalizacion-reforma-codigo-penal_0_ryeK60Orm.html. Acesso em: 28/09/2018. 32 O Globo. Aborto na Argentina: Macri promete reforçar distribuição de contraceptivos, 09/08/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/aborto-na-argentina-macri-promete-reforcar-distribucioe-de-contraceptivos-22962970>. Acesso em: 28/09/2018. 33 Clarín. Aborto: las repercusiones de los referentes “verdes” y “celestes” tras el rechazo, 09/08/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/sociedad/aborto-verdes-celestes-preparan-actos-masivos-sesion_0_HkUIdLwHm.html. Acesso em: 28/09/2018. 34 Clarín. Aborto: la Iglesia, el actor clave que logro frenar la ley, 09/08/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/sociedad/aborto-iglesia-actor-clave-logro-frenar-ley_0_rk1CDLuH7.html. Acesso em: 28/09/2018. 35 Clarín. El aborto será uno de los temas claves de la campaña electoral, 09/08/2018. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/aborto-temas-clave-campana-electoral_0_rkWznyFSX.html. Acesso em: 28/09/2018.



Considerações Finais

A deterioração dos níveis de vida de grande parte da população argentina, as decisões de política econômica adotadas pelo governo e a centralidade da questão do aborto na sociedade constituem desafios essenciais para o jogo eleitoral no próximo ano. O aumento da rejeição a Macri, manifestada na queda dos índices de popularidade e no rechaço dos acordos com o FMI para recuperar a economia argentina, e a persistência da grave crise econômica – expressa na contínua desvalorização do peso, no aumento da inflação e das tarifas de energia e transportes – pode colocar em xeque um possível segundo mandato de Macri na presidência.

As decisões do governo Macri de costurar acordos com o FMI para alavancar a economia argentina e a opção por revalorizar o entorno regional e o Mercosul, tendo como foco a área de livre-comércio, indicam a adoção de caminhos que remetem aos mesmos que foram trilhados no fim da década de 1990 e começo da década de 2000, que também incluíram medidas de forte ajuste fiscal e marcaram uma relação próxima com o FMI. Resta saber se as decisões do governo Macri o levarão ao êxito na corrida eleitoral de 2019.

Artigo recebido em 29 de setembro de 2018.

